

Superando a pandemia NA CADEIA DA LARANJA

Contribuições para a
mitigação dos efeitos da
pandemia de Covid-19
na cadeia produtiva
da laranja



APRESENTAÇÃO

Esta cartilha é o extrato do estudo “Contribuições para a mitigação dos efeitos da pandemia de covid-19 na cadeia do suco de laranja” e foi produzida pelo Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (Contar) e Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag).

O estudo foi realizado de dezembro de 2021 a novembro de 2022 e contou com o trabalho de campo de oito entrevistadores e mobilizadores. A pesquisa de campo foi feita em Sergipe, Bahia, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais, estados onde há produção de laranja.

Foram entrevistados 95 agricultores e 172 trabalhadores rurais distribuídos nesses estados. Depois disso, foi realizado um workshop para troca de informações entre os participantes e algumas entrevistas para complementar as informações levantadas.

Esse estudo é uma amostra da realidade dos trabalhadores assalariados e agricultores familiares e não a totalidade dos envolvidos na produção de laranja no Brasil. Os resultados são de fundamental importância para que trabalhadores e trabalhadoras rurais saibam o que pode ser feito para mudar a realidade em que vivem e quais as funções sociais que cabem aos governos, às empresas e aos sindicatos para garantia de dignidade, seguridade e respeito no campo.



Heidi Buzato

Coordenadora Social no IMAFLORA

EXPEDIENTE

Coordenadores

Imaflora

Heidi Buzato e Daniella Macedo

Contar

Gabriel Bezerra Santos e Diana Nunes de Oliveira

Contag

Vânia Marques Pinto e José Arnaldo Brito

Entrevistadores

Sergipe: Jocélio Oliveira dos Santos

Bahia: José Aldo de Souza e Marcos Wanderley

Paraná: Adelmo Travain, Margarete Moreira Silva e Viviani da Silva Herrera Xavier

Rio Grande do Sul: Juliana Oro

São Paulo: Elisabete Aparecida de Oliveira

Redação

Patrícia Berton

Consultor para coleta e análise de dados

Robson Feichas Vieira

Apoio:

Giulia Andrich

Produção editorial

Jornalistas responsáveis

Luiz Henrique Parahyba e Rogéria Araújo

Direção de arte e diagramação: Rubens Andrade

Ilustrações: Régis Soares

Fotos: Luiz Henrique Parahyba

Essa publicação foi viabilizada com o apoio da PANAQ - Parceria para o Suco de Laranja Sustentável - por meio do BMZ - Ministério de Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha. As perspectivas expressas nessa publicação são as dos(as) autores(as) e não refletem necessariamente as posições do conjunto de organizações que integram a PANAQ.

INTRODUÇÃO

Os dados revelados neste estudo reforçam para os trabalhadores assalariados e agricultores familiares da cadeia produtiva da laranja quais os papéis fundamentais que governos, sindicatos e empresas precisam exercer para garantir direitos básicos diante de uma situação tão inesperada como uma pandemia que levou quase 700 mil brasileiros à morte.

Afinal, qual a função social que cada ator deve adotar para amenizar impactos gerados por uma pandemia como a covid-19? A situação poderia ter sido melhor se direitos básicos já tivessem sido garantidos? Esta publicação busca responder as questões e serve de base para que o/a trabalhador e trabalhadora rural estejam atentos e cobrem, de forma justa, seus direitos. Por outro lado, é necessário deixar claro que todos os envolvidos possuem responsabilidades e precisam cumprir com seus deveres.

Os resultados são, ainda, uma vitrine expressiva de como a pandemia afetou quem estava na linha de frente garantindo que o suco de laranja chegasse até a mesa dos consumidores no Brasil e no mundo. Vale salientar que estamos nos referindo a um setor que não parou sua produção, mas que teve sérios danos com o fechamento de feiras públicas, além de vários protocolos exigidos por conta da pandemia da covid-19. Portanto, ficar em casa, cumprindo o isolamento, não foi uma opção.

Assim, conforme os dados do estudo, é preciso levar ao conhecimento da classe trabalhadora que está na base da cadeia produtiva, quais foram as recomendações feitas e fazer com que as mesmas saiam do plano das ideias e se concretizem em realidades possíveis.

É papel dos sindicatos estar vigilante na defesa do direito de seus trabalhadores. Também é papel dos governos fazer com que esses direitos sejam cumpridos. Já as empresas precisam honrar com seus compromissos e oferecer todas as condições para seus funcionários. Associações e cooperativas de produtores também têm sua parte, pois estão inseridas em todo o processo.

Então, vamos lá! Vamos nos inteirar mais sobre essas recomendações e entender porque elas são determinantes para redução de danos em momentos como os quais passamos.

RECOMENDAÇÕES

RECOMENDAÇÕES PARA FORTALECER A AGRICULTURA FAMILIAR

A pandemia da covid-19 expôs, com mais força, a realidade pela qual muitos agricultores familiares já passam. Vamos, aqui, apontar recomendações imediatas e estruturais elaboradas, a partir dos resultados do estudo, que possam servir - agora e futuramente - para mitigar vários problemas.



O QUE OS GOVERNOS DEVEM FAZER

Num contexto de crise na saúde pública, a agricultura não pode parar. Como a população vai se alimentar? Por isso, é preciso que os governos priorizem, como os trabalhadores da saúde, a proteção dos agricultores familiares e trabalhadores/as rurais, garantindo a soberania alimentar do país.

Os governos municipais, estaduais e federal também precisam:

- Produzir informes sobre os efeitos da pandemia e divulgá-los amplamente, para atingir toda a população
- Ampliar a disponibilização de pessoas da saúde para levar informação e atendimento
- Impedir a disseminação de notícias falsas que confundem as pessoas



- Oferecer renda suplementar (auxílio, benefícios sociais, seguro desemprego)
- Oferecer materiais de higiene e cuidados caso os agricultores não tenham condições financeiras de adquiri-los, como os exigidos para evitar o contágio da covid-19
- Criar programas e políticas públicas para fortalecer a agricultura familiar após a pandemia
- Promover a valorização dos produtos da agricultura familiar, com garantia de mercado, preço mínimo e assistência técnica (a exemplo do que já acontece com o biocombustível)
- Aumentar orçamentos de programas de fomento à agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)
- Investir na criação de agroindústrias junto às organizações coletivas como associações de produtores e cooperativas
- Investir em ciência e pesquisa com tecnologias apropriadas para a agricultura familiar
- Controlar o aumento de preço dos alimentos da cesta básica (medidas de controle da inflação)
- Ser mais ágil na compra de vacinas, sempre que disponíveis, em situações como a da pandemia
- Priorizar a vacinação dos agricultores(as) familiares e trabalhadores(as) rurais, que não param de produzir mesmo em épocas de pandemia, como a do coronavírus
- Coordenar ações para garantir que todas as crianças em idade escolar tenham acesso a computador e rede wi-fi, além de garantir que elas de fato acessem as atividades oferecidas pela escola e tenham o apoio necessário para garantir seu desenvolvimento e aprendizagem
- Fortalecer compras institucionais como o PAA e o PNAE, que abrangem alimentação escolar e doação de alimentos, garantindo a segurança alimentar e nutricional

O QUE OS SINDICATOS DEVEM FAZER?

Os sindicatos são a representatividade das categorias. Estas entidades têm que estar atentas para assegurar que os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras sejam cumpridos e reivindicá-los, além de organizar a categoria em pautas importantes. Para os sindicatos, as recomendações são:



- Organizar-se para divulgar informações em tempo real em situações de crise
- Promover campanhas de informação, produzindo materiais de comunicação eficientes, garantindo que os fatos cheguem aos destinatários sem distorções e em tempo real
- Promover campanhas de sindicalização, com idas à comunidade, para aproximar trabalhadores rurais e agricultores do movimento sindical e para que a base tenha como referência os sindicatos
- Criar oportunidade para a participação das mulheres nas atividades da vida sindical com direitos na mesma proporção que os homens, iniciando pela paridade
- Pautar, informar e cobrar governos - federal, estadual e municipal -, enfatizando a importância de programas de incentivo à agricultura familiar, garantia de preço mínimo, desenvolvimento da agroindústria e de produtos com valor agregado
- Elaborar propostas para a comercialização dos produtos da agricultura familiar na busca pela alimentação das famílias carentes
- Promover produtos da agroindústria com valor agregado, e não apenas produção de matéria-prima - no caso da laranja, principalmente o suco da fruta

O QUE AS EMPRESAS DEVEM FAZER?

É obrigação das empresas fazer com que os trabalhadores e trabalhadoras possam exercer suas funções de forma digna e sem exploração. É fundamental que a as empresas cumpram os contratos, sobretudo, em época de crise. Colocamos como recomendações:

- Garantia de cumprimento dos contratos com os produtores de laranja
- Garantia de preço mínimo em contrato durante toda a safra, (independente dos fatores externos e internos como mercado, clima e outros)

O QUE ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES E COOPERATIVAS PODEM FAZER?

Associações e cooperativas de produtores são essenciais para promover o senso de coletividade e firmar compromissos conjuntos. O estudo faz as seguintes recomendações:



- Incentivar e investir na formação e qualificação da organização coletiva, incluindo gestão administrativa e financeira, produção e comercialização de agricultores e agricultoras
- Estimular o plantio de laranjas orgânicas entre os associados
- Buscar mercados para exportação da fruta in natura e processada, garantindo a comercialização da produção de mais agricultores/as familiares
- Promover a organização na associação e cooperativas dos agricultores e agricultoras

RECOMENDAÇÕES PARA FORTALECER OS TRABALHADORES ASSALARIADOS E ASSALARIADAS

O segmento dos trabalhadores assalariados e assalariadas convive com um cenário de retrocessos e de afirmação por direitos. No cultivo da laranja, os resultados deste estudo evidenciam esse panorama. Também elencamos as recomendações imediatas e estruturais para a categoria.



O QUE OS GOVERNOS DEVEM FAZER?

Em momento de muitas dificuldades e faltas de políticas públicas, os governos dos três níveis são recomendados que estabeleçam medidas para garantir melhores condições dos assalariados e assalariadas rurais, e o diagnóstico mostra quais medidas poderão ser efetivadas:

- Oferecer auxílio emergencial no início de uma crise, como a pandemia
- Oferecer subsídio às empresas para ações que envolvem a saúde e a segurança do trabalhador (a);
- Gerar informações idôneas e isentas sobre o que está acontecendo e a melhor forma de prevenção
- Criação de um seguro entressafra para suprir a falta de trabalho de trabalhadores migrantes e de trabalho temporário
- Fortalecer as políticas públicas de combate à informalidade e segurança do trabalhador, através de uma força tarefa multifatorial, aumentando a fiscalização nos postos de trabalho, e especialmente no transporte rodoviário/deslocamento entre cidades e municípios

O QUE AS EMPRESAS DEVEM FAZER?

Em vários momentos as empresas se aproveitaram da reforma trabalhista, e insistiram em subtrair direitos da classe trabalhadora, o que piora e diminui resultados na produção. Daí a necessidade de efetivar medidas de segurança, saúde e condições de trabalho, com as seguintes recomendações:



- Oferecer os recursos de higiene e segurança amplamente e sem custos para o trabalhador, além das medidas de restrição a aglomerações
- Garantir a preservação do emprego e um ambiente seguro e saudável, sem pressão sobre a categoria
- Garantir pagamento integral dos salários
- Produzir cartilhas com informações relevantes para conscientizar e orientar a classe trabalhadora
- Promover o afastamento remunerado de pessoas com mais de 60 anos, mulheres grávidas e em aleitamento e demais pessoas portadores de comorbidades ou de grupos de risco
- Disponibilizar internet gratuita, canais de notícias, seja em televisão ou rádio, para que o acesso à informação seja garantido
- Comprometer-se a combater a informalidade, com a criação de uma política comum às empresas
- Comprometer-se a combater a atuação dos 'gatos'/turmeiros (intermediários que arregimentam trabalhadores para as empresas) com a criação de uma política comum às empresas
- Investir na formação dos trabalhadores e trabalhadoras, que têm baixo nível de escolaridade, visando a sua qualificação
- Garantir a devida diligência em direitos humanos - para que empresas tenham processos de governança comprometidos com a proteção e a promoção de direitos humanos em toda a sua cadeia produtiva

- Manter as convenções coletivas de trabalho existentes, buscando melhorias nas condições de trabalho e renda, e que levem em conta questões de saúde e segurança do trabalhador/a
- Combater a informalidade e todo tipo de trabalho degradante, condições precárias e análogas ao trabalho escravo
- Apoiar a estruturação de escolas e fornecer equipamentos e alimentos aos alunos da rede pública
- Disponibilizar EPIs adequados e produtos de higiene com orientações adequadas para uso eficaz;
- Realizar medição da temperatura e testagem dos trabalhadores, se possível;
- Evitar aglomeração de pessoas nos refeitórios, alojamentos, treinamentos, meios de transporte;
- Só permitir reuniões em salas abertas e arejadas e com distanciamento;
- Garantir o afastamento remunerado de trabalhadores em quarentena;



O QUE OS SINDICATOS DEVEM FAZER?

Os assalariados e assalariadas somam mais de 4 milhões em todo país. O sistema CONTAR está organizado em 12 estados. Atualmente existe uma campanha de sindicalização para fortalecer o sistema, daí a necessidade de termos recomendações para nossas entidades, confira:

- Promover campanhas de informação, com materiais de comunicação eficientes, garantindo que os fatos cheguem aos destinatários sem distorções e em tempo real
- Organizar ações envolvendo outros atores - como a criação de materiais de divulgação com orientações sobre determinado tema/doença
- Atuar na mobilização de trabalhadores(as) rurais e agricultores(as)
- Exigir das empresas que medidas de segurança sejam devidamente adotadas em situações de crises

**POR VOCÊ,
PRA VOCÊ,
PRA LUTAR!**

São mais de 600 acordos e convenções de trabalho;
Mais de 600 entidades sindicais a sua disposição;
Por todos os direitos dos assalariados(as) rurais.

CONTAR
Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais

Todo Sindicato tem assistência jurídica, homologação da rescisão de contrato de trabalho, combate ao trabalho escravo e uma boa acolhida para buscar solução para seus problemas.

Sindicato é o lugar para melhorar sua condição de vida e de trabalho.

CAMPANHA NACIONAL DE SINDICALIZAÇÃO

CONTAR FETAR'S STTAR S Apoio OBTAM

- Promover campanhas de sindicalização, com idas à comunidade, para aproximar trabalhadores(as) rurais do movimento sindical e para que a base tenha como referência os sindicatos
- Promover diálogo com as empresas, para que o sindicato seja, de fato, um aliado da classe trabalhadora
- Criar propostas concretas de manutenção do emprego e salários adequados
- Manter as convenções e acordos coletivos de trabalho existentes, buscando melhorias nas condições de trabalho e renda, e que levem em conta questões de saúde e segurança do trabalhador/a
- Realizar momentos de formação junto aos trabalhadores/as sobre direitos humanos, para que assalariados e assalariadas rurais se aprofundem mais a respeito do assunto
- Combater a informalidade e todo tipo de

trabalho degradante, condições precárias e análogas ao trabalho escravo

- Combater a atuação dos 'gatos'/turmeiros (intermediários que arregimentam trabalhadores para as empresas)



Transporte precário chamado de "chacal" coloca em risco a segurança de trabalhadores

Resultados do estudo

IMPACTOS DA PANDEMIA SOBRE AGRICULTORES FAMILIARES - RENDA E CONSUMO

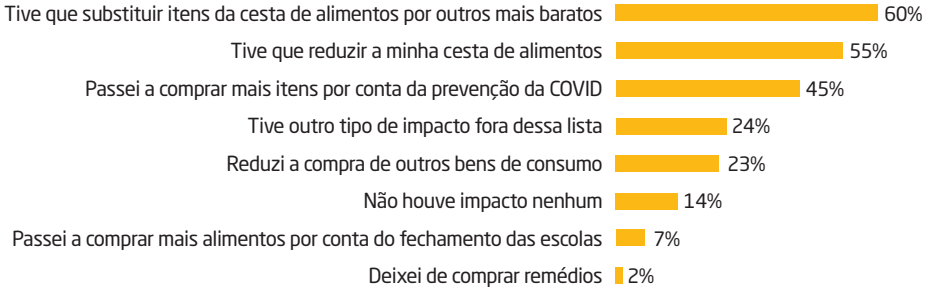


Mais de dois terços dos agricultores entrevistados tiveram a renda diminuída com a pandemia. Entre os fatores estão a queda do preço pago pela tonelada da fruta e o aumento do preço dos insumos, que já afetavam o agricultor antes da pandemia, e o fechamento de feiras. A interrupção da venda em programas do governo - como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), devido ao fechamento das escolas, afetou a renda de quem vende seus produtos para esses programas.

O Auxílio Emergencial e o Auxílio Brasil foram importantes fontes de renda adicional para uma parte significativa dos agricultores familiares.

A pandemia teve grande impacto no consumo dos agricultores entrevistados, com a redução de compras ou mudança de itens, principalmente de alimentos.

IMPACTOS NO CONSUMO



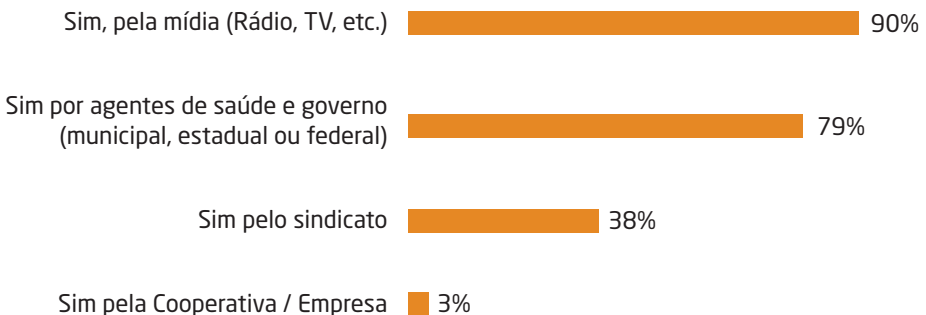
Cerca de 50% das famílias entrevistadas tinham crianças em idade escolar durante a pandemia. Os estudantes deixaram de ter aulas na escola e tiveram atividades online, com grandes dificuldades de acompanharem as aulas seja por internet deficiente ou falta de equipamentos de qualidade como computadores e celulares.

IMPACTOS NA SAÚDE SOBRE AGRICULTORES FAMILIARES

Os agricultores possuem uma rotina de trabalho que naturalmente os protegeu durante a pandemia: eles vão da casa à roça e vice-versa, muitas vezes sem ter contato com muitas pessoas. Além disso, os protocolos para prevenção à covid foram seguidos por muitos deles, como o uso de máscara e o distanciamento social. Os agricultores foram bastante informados sobre medidas preventivas à contaminação, tendo utilizado diferentes formas de cuidado. A taxa de vacinação foi alta, evitando a ocorrência de muitos casos da doença.

A principal fonte de informação dos agricultores foram os meios de comunicação, e nota-se que em menor medida pelo sindicato, mostrando uma grande oportunidade para a atuação dos sindicatos.

VOCÊ FOI ORIENTADO SOBRE A PREVENÇÃO À COVID?



IMPACTOS DA PANDEMIA SOBRE TRABALHADORES ASSALARIADOS - RENDA E CONSUMO



A colheita da laranja é bastante marcada pela contratação de trabalhadores temporários, como safristas e diaristas, e a prática de uso de intermediários, os chamados turmeiros, é muito comum. Contrariando a alegação de que as empresas contratam todos os empregados em suas cidades de origem e sem intermediários, a figura do turmeiro ainda é de destaque - foram eles os responsáveis pela contratação de 71 dos 172 trabalhadores entrevistados.

Entre os entrevistados, 40% declararam ser migrantes, o que aponta que parte significativa dos trabalhadores assalariados pode ser considerada vulnerável. É importante ressaltar que a condição do trabalhador que migra para obter renda é um problema estrutural do país e não um efeito da pandemia.

Todavia, a situação do trabalhador que não tem trabalho fixo, que faz trabalho temporário e/ou migra para conseguir trabalho, se agrava com a pandemia. Trabalhadores temporários são mais vulneráveis porque em períodos de crise como a pandemia do coronavírus deixam de ser contratados e perdem sua fonte de renda. Empresas entrevistadas relataram que deixaram de contratar trabalhadores temporários, migrantes ou não, o que impacta no volume de oferta de trabalho e afeta os trabalhadores. Entre os trabalhadores que perderam o emprego, parte não conseguiu outro trabalho, aumentando sua vulnerabilidade.

Do total de entrevistados, 46% são trabalhadores fixos e os demais atuam em diferentes modalidades de trabalho temporário. Os trabalhadores fixos são os que possuem os maiores salários. Entre os demais, em diferentes modalidades de trabalho temporário, 17% ganham menos de 1 salário mínimo e 39% ganham entre um e dois salários mínimos, configurando um universo de baixos salários. A situação econômica do trabalhador rural assalariado, no entanto, não está ligada apenas à pandemia – é um processo gradativo, que vem se agravando ao longo dos anos.



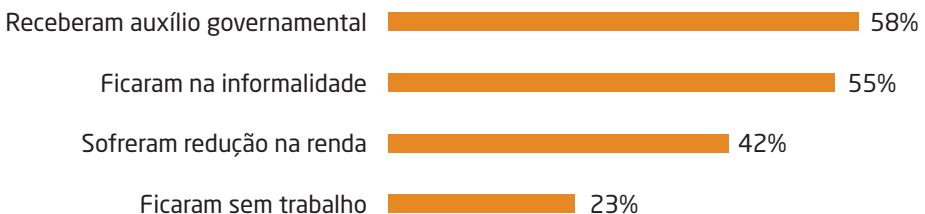
Os trabalhadores perderam renda durante a pandemia. Cerca de 42% dos trabalhadores assalariados entrevistados tiveram diminuição de renda. Desses, 23% não conseguiram outro trabalho; 55% conseguiram trabalho informal e 58% conseguiram auxílio do governo.

Ao mesmo tempo em que houve diminuição da renda, houve aumento da necessidade de compra de alimentos, uma vez que as crianças deixaram de ir à escola e, assim, ficaram sem acesso à merenda. Assim, constatou-se que foi necessário aumentar o volume da cesta de alimentos ao mesmo tempo em que os trabalhadores declararam que tiveram que diminuir ou substituir itens da cesta, além de adquirir itens de higiene e saúde em decorrência da pandemia.

SITUAÇÃO TRABALHISTA DOS ENTREVISTADOS



SITUAÇÃO DE RENDA DOS ENTREVISTADOS

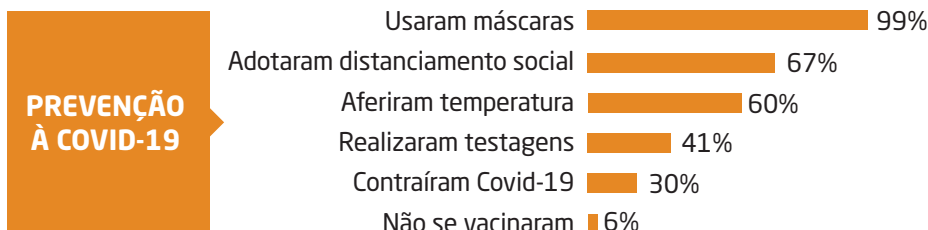


IMPACTOS NA SAÚDE DOS TRABALHADORES ASSALARIADOS

Do total de entrevistados, apenas dez pessoas não tomaram a vacina - o que equivale a 6% do total. Apesar da alta taxa de vacinação e das medidas preventivas, 51 trabalhadores tiveram covid - ou sejam, 30% do total de entrevistados. As empresas entrevistadas afirmaram que tomaram providências para os trabalhadores infectados como afastamento e apoio doméstico em alguns casos de trabalhadores afastados.

Os principais recursos preventivos utilizados foram a higienização de mãos e uso de máscara, com cerca de 99% de citações; distanciamento social (67%); medição de temperatura (60%); e a testagem para cerca de 41% dos entrevistados.

A principal fonte de informação foram os meios de comunicação, citados por 128 dos 172 entrevistados. Os sindicatos foram citados por 45 trabalhadores, entretanto, 52% dos trabalhadores afirmaram ter mantido contato com os sindicatos ao longo da pandemia. As empresas entrevistadas informaram que divulgaram informações e fizeram treinamentos com os funcionários. A maioria dos entrevistados manteve contato com o sindicato durante a pandemia - 90 trabalhadores, o que corresponde a 52%. No entanto, 54 deles (31,4%) disseram nunca ter tido contato com o sindicato, enquanto 28 disseram ter perdido contato. Vale ressaltar que o trabalho na agricultura não diminuiu e nem parou ao longo da pandemia. E, se por um lado isso garantiu a renda dos trabalhadores assalariados, por outro os fez sentirem-se pressionados a seguir trabalhando, mesmo com os riscos de contágio do coronavírus. Outro temor citado pelos entrevistados, que evidentemente afetou trabalhadores de todos os segmentos e não apenas os da agricultura, foi o medo de perder o emprego devido à crise econômica mundial que se instalou no período.



PROTEGER OS QUE ESTÃO NOS CAMPOS

Com essas recomendações, esperamos que milhares de trabalhadores assalariados e assalariadas rurais e agricultores e agricultoras familiares sejam atendidos por mecanismos de proteção à sua saúde e renda em tempos de crise. O estudo realizado pelo Imaflora, Contar e Contag é uma contribuição para que sejam desenvolvidos esses mecanismos na cadeia produtiva da laranja.

Seu caráter inédito foi a realização de pesquisa de campo, com consulta direta aos trabalhadores (as) e agricultores (as), mostrando a realidade de quem viveu e sentiu as dificuldades da pandemia. Outro aspecto fundamental é que o estudo aponta algumas soluções para empresas, sindicatos e governos, pois cada um desses atores possui responsabilidades intransferíveis nessa tarefa. É a soma das ações que pode fortalecer e proteger quem trabalha no campo e garantir os alimentos na mesa.

www.imaflora.org

www.contar.org.br

www.contar.org.br

